

26/11/2019

APEOESP

82

Acesse: [www.apeoesp.org.br](http://www.apeoesp.org.br)  
[imprensa@apeoesp.org.br](mailto:imprensa@apeoesp.org.br)

# Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNT** e **CUT**

## ASSEMBLEIA ESTADUAL DECRETA

# GREVE DOS PROFESSORES

**Estaremos em greve todas as terças-feiras e demais dias em que houver tramitação da PEC 18 e do PLC 80 (reforma da previdência) na ALESP**

**Movimento vai durar até que os projetos sejam retirados**

A assembleia estadual dos professores, realizada em frente à Assembleia Legislativa de São Paulo na terça-feira, 26, decretou a greve da categoria, que se realizará às terças-feiras e em todos os dias em que houver tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18/2019 e do Projeto de Lei Complementar (PLC) 80/2018, que configuram a reforma da previdência de Doria, pelo qual nós, servidores públicos estaduais, trabalharemos mais, pagaremos mais e ganharemos menos. A greve se manterá até que esses projetos sejam retirados da pauta da ALESP.

### **Assembleia dia 3/12 na ALESP**

Nova assembleia ficou agendada para o dia 3/12, às 14 horas, na frente da ALESP (avenida Sargento Mario Kozel Filho - Ibirapuera), para decidir os pas-

**Nova assembleia no dia 3/12, 14 horas, na ALESP**

sos do movimento e para dialogar com os Deputados e pressioná-los e impedir que esses projetos tramitem a toque de caixa, como está ocorrendo. Novamente, será realizado um ato com as entidades de todo o funcionalismo.

### **A lógica do duplo ataque**

Essa reforma da previdência tem ligação evidente com a intenção do Governador de impor a farsa da "nova carreira" do magistério, tendo em vista que a PEC 18/2019 tem dispositivo que permitiria o pagamento de subsídios em lugar de salários, algo que hoje é inconstitucional. O pagamento de subsídio para servidores públicos é uma das principais medidas anunciadas por Doria e Rossieli para a tal "nova" carreira, sem qual toda a sua estrutura não se sustentaria. Estamos, portanto, em luta frontal

contra esse duplo ataque de Doria contra a nossa categoria.

## **Dialogar e pressionar os Deputados**

Por isso, as subsedes devem buscar o contato com os Deputados e Deputadas nas suas regiões e também nos espaços da Assembleia Legislativa, para fazê-los ver que o método que o Governo do Estado está utilizando, para passar em prazo recorde, desrespeita a democracia. No mínimo, a tramitação desses projetos deve ser transferida para o próximo ano, inclusive porque São Paulo não necessita de reforma da previdência, pois já possui sistema próprio (a SPPREV), criada em 2007, quando nossa contribuição passou de 6% para 11%. Não faz sentido votar um projeto dessa envergadura, que mexe, nessas condições, com a vida de um milhão de funcionários públicos e suas famílias.

Todas as terças-feiras e demais dias em que houver tramitação da reforma devemos lotar os corredores e a galeria da ALESP, visitar os gabinetes e deixar patente nossa oposição e disposição de luta contra essa reforma. Devemos cobrar de todos os Deputados e Deputadas que não votem o Orçamento do Estado enquanto a reforma da previdência não for retirada da pauta

## **Unidade na perspectiva da greve geral do funcionalismo**

O ato do funcionalismo paulista, que ocorreu logo após nossa assembleia, demonstrou que estamos unificados e vamos ampliar a unidade das entidades da educação e de todos os servidores, na perspectiva da greve geral do funcionalismo. Em cada subsele, devem ser constituídos ou ampliados os comitês de luta contra a reforma da previdência,

articulando a APEOESP com todas as demais entidades de servidores da região. Ao mesmo tempo, uma nova cartilha sobre a reforma da previdência será confeccionada, desta vez voltada especificamente para a nossa categoria, com as informações e exemplos pertinentes.

## **Estamos em luta em defesa dos direitos da classe trabalhadora**

Tendo em vista o adiamento da VII Conferência Estadual de Educação e XVII Congresso Estadual da APEOESP para 14, 15 e 16/2/2020, nosso sindicato está em contato com a CUT e a CNTE para que proponham às demais centrais sindicais um calendário unificado de lutas para 2020, por compreendermos que os ataques de Doria se situam no contexto nacional de ataques contra os direitos de toda a classe trabalhadora. Desta forma, a assembleia decidiu que nossa categoria participe da manifestação do dia 5/12 na Avenida Paulista contra a PEC paralela da Previdência e a MP trabalhista do Governo Bolsonaro.

## **Reajuste salarial e atribuição de aulas**

Além dos embates contra a reforma da previdência e contra a anunciada "nova carreira", continuamos na luta pelo pagamento do reajuste salarial de 10,15%, conquistado na justiça, e de 4,17% referente ao reajuste do piso salarial de 2019. Continuamos também na luta por uma atribuição de aula justa e transparente e pela revogação da portaria 6/2019.

## **SARESP**

A APEOESP reafirma sua posição contra o exame do SARESP e apoia os professores e estudantes que decidam boicotá-lo.

## **Miss Browne faz manifestação contra fechamento de salas**

Na próxima quinta-feira, 28, a partir das 18 horas, estudantes, professores e a comunidade escolar da EE Miss Brawne realizam uma manifestação em defesa da escola pública e contra as ameaças de fechamento de salas de aula por parte da direção. A manifestação ocorrerá na frente da escola, na rua Padre Chico, 102, Pompeia, Capital.

## **Moções**

### **1) MOÇÃO DE REPÚDIO**

A APEOESP repudia a exoneração do Coordenador da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) na Baixada Santista, Cristiano Hutter, e sua substituição por um militar.

Cristiano Hutter é um profissional comprometido com a causa indígena, sua cultura socioeconômica e com a economia solidária. Sua substituição demonstra o caráter autoritário e a diretriz de destruição das comunidades indígenas por parte do Governo de Jair Bolsonaro.

### **2) APOIO À GREVE DOS PROFESSORES GAÚCHOS**

Por meio do Conselho Estadual de Representantes, a APEOESP manifesta seu irretirado apoio aos professores e professoras do Estado do Rio Grande do Sul, neste momento em greve geral pela regularização dos pagamentos de seus salários (que vêm sendo parcelados) e pela melhoria das condições de trabalho, que estão sendo precarizadas ao longo dos últimos anos.